

QUESTÕES PEDAGÓGICAS

(Tipos de aula)

TENTATIVA BURGUESA DE LIMITAÇÃO DO DO PODER REAL DURANTE A GUERRA DOS CEM ANOS — SUA EXPRESSÃO NOS ESTADOS GERAIS DE 1357

I

A SITUAÇÃO DA BURGUESIA NO SÉCULO XIV. CLASSE EM ASCENÇÃO.

a). — *Desenvolvimento da burguesia.*

Com o desenvolvimento do comércio a partir do século XII e a prosperidade econômica acentuada do século XIII, a Europa Ocidental e no nosso caso, a França, assistiram a um aumento de população, ao desenvolvimento da indústria, ao reaparecimento e crescimento de cidades que como Bruges, Ypres, Gand, na Flandres, chegavam ao século XIV, — êsse século que ora estudamos — com 10.000 a 30.000 habitantes, Paris, atingia durante a Guerra dos Cem Anos, segundo algumas estimativas, 200.000 habitantes. Uma nova classe se formava, a burguesia — nova peça no tabuleiro social que irá daí por diante, sempre em ascensão, modificar muitas vezes o panorama político.

A sociedade até então organizada no plano militar e religioso tende a se estruturar num novo plano: o econômico. Não que êsse plano tenha substituído os tradicionais e demolido de um só golpe a antiga organização — êle se sobrepõe aos já existentes. Confusão de valores. Uma nova classe organizada num plano inteiramente diverso. Resultado: novas concepções, ideais, reivindicações.

b). — *Situação social da burguesia — Posição diante da realeza e nobreza.*

Essa nova classe que se delineia cada vez mais fortemente, desenvolvendo a consciência de si mesma, de seus interesses comuns, opõe-se às já existentes. A nobreza guarda em face dela grande desconfiança e um imenso desprezo. Data de cêdo a desunião entre nobreza e burguesia francesas contrariamente ao que se verificava na Inglaterra. Nesta, a existência dos “cavaleiros” — verdadeiro ponto

de união entre a alta nobreza e a burguesia incipiente — permitira uma relativa colaboração entre ambas e levava à Magna Carta; naquela, se por vêzes houve ligação, esta quase sempre foi frágil e sem força política. A evolução da monarquia na França e na Inglaterra fêz-se por caminhos diferentes. A atitude das duas classes num e noutro país, tem muito a ver com isso. Vemos pois em França a nobreza e a burguesia separadas e o clero também isolado. A realeza vai procurar nessa nova classe um apôio para reagir contra o espírito feudal. A aliança da burguesia e da realeza em França já é evidente desde os primeiros reis: capetínges. A realeza concede privilégios às cidades — os burgueses pagam-lhe com a sua solidariedade.

c). — *Novas concepções.*

Portanto uma nova classe surgia com novos ideais e concepções políticas. A modernidade germinava na Idade Média. Pirenne, referindo-se a essa época liga estreitamente o ideal democrático às comunidades urbanas. Uma democracia de privilegiados diz êle, mas sempre um espírito democrático, revolucionário em face da tradição feudal. A posição política das cidades definir-se-á pois quase sempre em campo oposto ao da nobreza. A atitude política da Flandres durante a Guerra dos Cem Anos reflete bem isso. Os burgueses da Flandres, vassalos políticos da França, são na realidade vassalos econômicos da Inglaterra. A industria do *drap* precisa do fio inglês. Daí decorre tôda uma política anglófila, de que a revolta de Jacques Van Artevelde contra o duque Luiz de Nevers, e a sua aliança com Eduardo III, é exemplo. A preocupação econômica — constante em nossos dias — começa a desempenhar papel nas relações políticas e sociais.

Uma nova classe: a burguesia, — estruturada num novo plano, o econômico, surge no quadro ainda medieval. Novas idéias, concepções políticas novas. Como irá ela comportar-se em face da realeza? Qual a sua posição política?

II

OS ESTADOS GERAIS — A OPORTUNIDADE POLÍTICA DA BURGUESIA

a). — *Primeiras reuniões dos Estados Gerais.*

A burguesia encontrará sua grande oportunidade política nos Estados Gerais. Costuma-se reportá-los à época de Felipe-o-Belo. Nessa ocasião devido a choques com o Papa, o rei convocara uma assembléia da nação (na qual, os burgueses não tiveram projeção) para fortalecer-se com o apôio moral dos seus suditos. Pode-se ver nessa assembléia o embrião dos futuros Estados Gerais. Novas assembléias continuaram a ser convocadas. Nelas o "Terceiro Estado" aparece sempre apagado. Elas são consultadas, mas na realidade pou-

co poder possuem. O direito de *remontrance* não se formara. Uma assembléia nunca ousaria tomar atitude crítica em face da realeza. Mas vêmo-las decidirem questões dinásticas, por ocasião da sucessão de Luiz X, Felipe V e Carlos IV. Pouco a pouco o caráter inicial se transforma: elas passam a ser reunidas principalmente com a finalidade de conceder subsídios ao rei.

b). — *A burguesia nas assembléias.*

E' neste momento que a burguesia começa a adquirir importância. Convocam-se assembléias para obter dinheiro. Quem possui dinheiro e não tem privilégios que isente dos "impostos" é justamente essa burguesia. Os nobres e o clero acobertam-se por trás de inúmeras isenções. Quem realmente fornece os subsídios ao rei é a burguesia, são as *bonnes villes*.

A realeza pudera nos períodos de paz manter-se à custa de seus domínios. A tradição feudal não permitia que fôsse de outra maneira. O rei, sendo apenas um suzerano mais poderoso que os outros, estava subordinado às mesmas obrigações. A *aide* era concedida por vêzes, por ocasião do resgate do rei, casamento da filha, armação cavaleiresca do filho. Se a realeza pudera se manter à custa de seus domínios, ela se vira cada vez em maiores dificuldades no fim do século XIII e principalmente durante o século XIV, quando a Guerra dos Cem Anos as agravou. A evolução econômica dos tempos levava a uma diminuição das rendas do senhor feudal: o rei, como tal, sofria um enfraquecimento das suas. A administração por outro lado, complica-se e as despesas reais aumentam.

c). — *Os "Estados" durante a Guerra dos Cem Anos.*

A guerra exigirá maiores despesas. O rei recorrerá a empréstimos de banqueiros judeus, "italianos" e mesmo o papa, muitas vêzes, o socorrerá. Usa os dízimos do clero e da cruzada que o "cativeiro" do papa em Avinhão lhe permite obter, embora com um certo esforço. Também o expediente da mutação monetária será muito usado. Basta dizer que entre 1350 e 1355 João-o-Bom modifica 81 vêzes o valor da moeda, o que provoca violenta reação por parte da burguesia — a classe mais atingida. Mas tudo isso não basta, o rei será obrigado a recorrer à boa vontade de seus vassallos, convocando assembléias sucessivas às quais comparecem os representantes das ordens do reino. A princípio elas são convocadas localmente, mas pouco a pouco tornam-se mais amplas. Os Estados Gerais se constituem. Sem nos referirmos aos da época dos reis "Capetos" lembramos a atitude dos primeiros Valois: Felipe IV, João-o-Bom, Carlos V.

O problema financeiro, agudo durante toda a Guerra dos Cem Anos, obrigará o rei a recorrer inúmeras vêzes aos Estados Gerais.

As dificuldades financeiras dos reis de França, integradas na crise da economia feudal que abala o século XIV, são agravadas por urgentes necessidades: administração, guerras; isso obriga-os a depen-

der de seus vassallos. Surgem as Assembléias, nas quais a burguesia adquire projeção, pois é a principal pagadora. Eis a sua grande oportunidade política.

III

A AÇÃO DA BURGUESIA NOS ESTADOS GERAIS

a). — *Antes de 1357.*

A burguesia não desprezará a grande ocasião que se lhe oferece. Ao lado da nobreza, também exigente em suas reivindicações, ela tornar-se-á por vèzes insolente, chegando mesmo a fazer observações ao rei. Se inicialmente os Estados permaneceram numa atitude silenciosa, de respeitosa concessão, diante da dependência real sua confiança cresce. Muitas vèzes os pedidos reais são negados, embora geralmente sejam concedidos em troca de privilégios e outras concessões régias. Dos privilégios arrancados ao rei passam a reivindicar direitos de administração dos subsídios votados. Vemos inúmeras assembléias exigirem o contrôle da percepção dos impostos, fiscalização e emprêgo dos mesmos, subtraindo-os assim à autoridade real. Pouco a pouco julgam-se com direito de fazer críticas a administração real, chegando mesmo a sugerir medidas de reforma. Felipe VI, depois de Crécy e Calais, ouve dos seus Estados Gerais acerbas observações. As queixas e as exigências avultam. A gravidade da situação é evidente nos Estados Gerais de 1355, durante o reinado de João-o-Bom, quando aparece em posição de destaque o preboste dos mercadores de Paris: Etienne Marcel. Acusam-se funcionários reais, recriminam-se as constantes mutações monetárias que tanto prejudicam a nação e mais ainda a classe burguesa. Mutações que atingem o absurdo entre 1350 e 1355. Exige-se a administração dos subsídios. Chega-se até a sugerir a reunião de assembléias independentemente do convite real. A independência crescente dos "Estados" ameaça o poder real. Como se comportam as várias ordens nessas assembléias, qual a atitude do "Terceiro Estado"? As reivindicações da nobreza e do clero possuem alguma coisa de comum. Prendem-se mais a questões individuais do que a princípios de uma classe. O particularismo feudal é gritante. O individualismo é a lei. A falta de consciência política da nobreza francesa tem sido muito assinalada, e é evidente nos Estados Gerais. Não que ela não fizesse por vèzes exigências de caráter mais amplo, isso é mais raro: a falta de solidariedade é a regra (1). A situação da burguesia é tôda outra. Os interêsses econômicos, administrativos,

(1). — O espírito localista da nobreza francesa foi responsável por inúmeros fracassos da Guerra dos Cem Anos. Veja-se, por exemplo, o episódio da neutralidade comprada pela Borgonha a Eduardo III quando da minoridade de Felipe de Rouvre. Por outro lado esse espírito localista contribuiu muito para fraqueza da classe e fortificação do poder real que levou à concentração monárquica já no reinado de Luiz XI.

políticos enfim, dos burgueses, são os mesmos. Há idéias comuns. Uma consciência dos interesses comuns se esboça. A carta que Etienne Marcel envia a Flandres quando da insurreição de Paris em 1358, o demonstra. Nela, alegando os interesses comuns das “várias” burguesias, apela para a Flandres. Mas, profundas rivalidades existem dentro dessa classe. A inimizade entre as cidades da Flandres: Bruges, Ypres, Gand, fato que determinou a queda de Jacques Van Artevelde, desejoso de impor a hegemonia de Gand, é exemplo evidente de que essa solidariedade era precária. Mas se há disputas entre a burguesia, das várias cidades e entre as várias profissões burguesas (como esquecer as lutas entre os *foulons* e os *tisserands*, o espírito quase de casta das corporações que tantas lutas trouxeram, chegando mesmo na Flandres a prejudicar a produção e conseqüentemente o desenvolvimento econômico?) existe em face da nobreza e principalmente em face da realeza uma consciência coletiva que leva a uma ação concorde por parte dos burgueses.

A burguesia aproveita-se da oportunidade política oferecida pela reunião dos Estados Gerais para imiscuir-se ao lado dos demais “Estados” na administração real. A convicção do seu interesse comum é poderosa força na sua ação política. Sua importância cresce cada vez mais. Os “Estados” de 1355 prenunciam os grandes acontecimentos de 1356, 1357 e 1358: o aparecimento da *Grande Ordonnance*.

b). — Os “Estados Gerais” de 1356-57. Etienne Marcel a frente da burguesia de Paris.

Consequindo os subsídios em 1355, João-o-Bom vai perder a batalha de Poitier sacrificando um grande número de nobres e acabando prisioneiro nas mãos de Eduardo III. Os destinos da França ficam sob a direção do delfim, o futuro Carlos V, o sábio. Esse príncipe, anacrônicamente moderno, numa dinastia ainda muito medieval, apreciando pouco as correrias cavaleirescas, dedicado ao estudo, sentirá desde logo a angústia da situação financeira. Em 1356. convoca os “Estados Gerais” para Paris. A essa assembléia comparecem 800 representantes, entre os quais se destacam os da burguesia; os nobres aparecem em menor proporção. Devemos ver nisso uma consequência da funesta batalha de Poitier? Aparecem como representantes do clero e da burguesia respectivamente: Roberto Le Coq e Etienne Marcel. Escolhe-se uma comissão de oitenta delegados. Os funcionários reais, que a mandado do delfim deveriam acompanhar as sessões, são afastados. As classes deliberam juntas contra os desejos da realeza, contra a tradição! As decisões são guardadas em cuidadoso sigilo. Aos ouvidos do delfim chega entretanto o aviso de que os delegados entre muitas outras exigências graves pediriam o afastamento e a punição de inúmeros funcionários reais! Temeroso dos resultados da assembléia, adia as sessões e acaba por mandar de volta os representantes, dissolvendo assim a assembléia com uma

vaga promessa de futura convocação. Apesar da ordem, êles se reúnem e ouvem de Robert Le Coq, tôdas as petições já elaboradas e que são muito semelhantes as que veremos aparecer na *Grande Ordonnance*. Salientou-se novamente o preboste Etienne Marcel. Representava êle a ala da opposição da burguesia de Paris, pois é preciso que se note que a burguesia parisiense não tinha uma posição unânime em face da Corôa. Havia uma ala conservadora que temia tôda e qualquer opposição à realeza. Essa ala, de início, manteve-se silenciosa diante da atividade da opposição. Pouco a pouco, em virtude das violências praticadas pelos revoltosos e principalmente após o “massacre dos marechais” e a fuga do delfim de Paris para Meaux, e depois da aliança de Etienne Marcel com os *jacques* e com Carlos de Navarra, afastar-se-á cada vez mais da ala da opposição, filiando-se à causa do delfim. Será assim, em grande parte, a responsável pela queda de Etienne Marcel e pelo fracasso do movimento revolucionário.

O delfim, necessitando recorrer à mudança da moeda, determina que isso se faça e diplomáticamente se afasta de Paris indo para Metz. O duque de Anjou, que ficara com o govêrno de Paris, defronta-se com a reação burguesa, hostil à mutação monetária. Diante da revolta popular o delfim, já de regresso de sua viagem, entrando em Paris, é recebido pelos agressivos burgueses que ameaçam suspender os trabalhos; volta atrás em sua medida e convoca de novo os Estados Gerais. Essa nova assembléia retoma as observações da anteriormente realizada. Nota-se nela uma predominância da burguesia de Paris. Os representantes de regiões mais afastadas, cansados das longas caminhadas por difíceis caminhos e das despesas das viagens, comparecem em menor número. Concedem-se os subsídios pedidos pelo delfim, mas ao mesmo tempo exigências são apresentadas. Além da eliminação de maus funcionários — verdadeira depuração na administração — impõem-se economias no palácio real. Por outro lado o delfim deverá ser acompanhado daí por diante, por representantes dos “Estados” que se anexarão ao Conselho Real. Haverá Conselho de Guerra onde êsses também aparecerão. Tréguas só serão assinadas depois de prévias consultas aos “Estados”. Impostos só serão criados segundo o mesmo sistema. Proibem-se as mutações monetárias tão calamitosas. Exige-se a libertação de Carlos de Navarra. Desenvolve-se tôda uma legislação sôbre a percepção e distribuição do impôsto, sôbre os funcionários reais, sôbre o direito de reunião e opposição nas comunidades rurais, etc. Os “Estados Gerais” ficam constituídos sob forma permanente, reunindo-se independentemente da convocação real. Êsses eram os quesitos essenciais do que se chamou a *Grande Ordonnance* de 1357. Verdadeiro projeto de constitucionalização da monarquia, que nos lembra a Magna Carta dos inglêses, arrancada em 1240 a João-sem-Terra.

Mas, enquanto em França a principal iniciativa é da burguesia representada por Etienne Marcel, na Inglaterra são os barões os principais autores.

Reconhecendo a *Grande Ordonnance*, começa o delfim a por em prática as suas estipulações, embora de Londres venha a reacção de João-o-Bom, condenando, desconsiderando mesmo as concessões. Em represália, os “Estados Gerais” reconhecem o delfim como regente.

Carlos de Navarra liberto, as desordens recomeçam. Êle e o delfim empenham-se numa disputa demagógica da opinião pública. Sente-se bem a força do povo de Paris (e quando se diz povo, pensa-se aqui em burguesia) a quem o delfim se digna a dar satisfações e para quem apela. A demagogia só aparece onde o povo tem algum poder. Pouco a pouco diante da insolência da burguesia de Paris, das imposições crescentes de Etienne Marcel, Carlos muda de atitude. As relações entre ambos se envenenam por ocasião do “massacre dos marechais”, levado a efeito por Etienne Marcel, quando Carlos é obrigado a encarapuçar-se com o *chaperon* azul e vermelho dos revolucionários. Verdadeira jornada revolucionária atravessa Paris. Significativa são as palavras de Etienne Marcel ao delfim, quando do assassinio dos “marechais”: refere-se êle à justiça e à “vontade do povo”. Etienne Marcel é o verdadeiro dirigente da cidade, instalando-se quase ditatorialmente.

O delfim acaba por refugir-se em Meaux, onde convoca assembleias parciais, provinciais. Uma onda de desconfiança se ergue contra Paris e a burguesia que assumira a responsabilidade da revolução. Os nobres assustam-se com o seu progresso. A política de Marcel perde prestígio. Reacção no campo (provincial), reacção dentro da própria burguesia (ala conservadora). O delfim sente-se mais forte. Com a fuga dêste para Meaux perdera Marcel o seu maior trunfo, e êle sente bem isso procurando a aliança de Carlos de Navarra. Dentro da própria Paris as resistências a Marcel começam a se fazer sentir.

c). — *A queda de Marcel.*

A situação se agrava. A revolta dos *jacques* chefiados no Beauvaisis por Guillaume Karle, estende-se pela Picardia e convulsiona tôda essa área. A irritação contra os senhores feudais, a miséria agravada pela peste, sucessivos “impostos”, devastações e *razzias* das companhias que enxameiam o país, pilhando-o em tôdas as direcções durante as tréguas, fazem estourar o movimento camponês. Sucedem-se os assaltos. Etienne Marcel tenta uma aliança com os *jacques*. Isso reflete bem a opposição entre a burguesia e a nobreza. Etienne Marcel queima castelos nos arredores de Paris (as desinteligências entre a nobreza e a burguesia se alargam) e pensa num ataque a Meaux, aliando-se aos *jacques* que são batidos. Consegue com essa política apenas perder mais simpatias. Sente a inseguran-

ça, a gravidade da situação e, numa atitude de desespero, depois de escrever uma carta dirigida as cidades da Flandres onde aparecem referências à luta entre os nobres e os burgueses, chega a pensar numa aliança com ingleses (prenúncio de futuras infidelidades, como por exemplo, quando a burguesia de Paris entrega a cidade aos borguinhões e aos ingleses na época de Carlos VI).

O movimento termina com o assassinato de Etienne Marcel por Jean de Maillart. A cidade que estivera ameaçada pelas tropas do delfim abre as portas, acolhendo-o calorosamente, aclamando-o unânimeamente. A ala conservadora da burguesia vencia a oposição. Fracassava assim o movimento de resistência à realeza, encabeçada por parte da burguesia de Paris. O delfim guardará uma desconfiança eterna de Paris, como mais tarde, por causa das Frondas, Luiz XIV. Localizará, de preferência, suas residências, fora da cidade; evitará reunião dos "Estados" em Paris, e ainda mais, evitará sempre que possível a sua convocação, procurando instituir um sistema de impostos regulares que eliminasse a necessidade de convocação de assembleias, que o tornasse independente delas.

A tentativa, por assim dizer constitucional, fracassara. A monarquia continuava forte, talvez mais absoluta. A separação da nobreza e burguesia inicialmente aliadas, a oposição de Paris às demais regiões, a falta de maturidade de burguesia, resultaram num abôrto da tentativa dos Estados Gerais de 1357.

Conclusão.

A burguesia francesa (nova classe, novas concepções), tivera nos Estados Gerais a sua grande oportunidade política, procurara aproveitar-se dela, tentara limitar o poder real, cooperar com ele na administração do reino. O rei, dependente economicamente dos seus súditos, vira sua situação agravada por ocasião da Guerra dos Cem Anos. Os "Estados Gerais" reivindicaram direitos cada vez mais insolentes. O ponto culminante foi o movimento de 1357, encabeçado pelos burgueses e dirigido por Etienne Marcel. A falta da cooperação dos vários interesses; a divisão da burguesia; o isolamento da nobreza e do clero, os particularismos, o caráter intenso da vida provincial, a desunião das cidades; o prestígio da realeza, ditaram o fracasso do movimento. Dessa crise saiu ela mais forte.

EMÍLIA NOGUEIRA

Licenciada em Geografia e História pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

BIBLIOGRAFIA SUMÁRIA

- Perroy, (Édouard). — **La Guerre de Cent Ans**. Galimard. 2eme ed., 1945.
- Coville, (M.) e Fawtier (M. R.). — **L'Europe Occidentale de 1270 a 1380**. "Histoire Générale publiée sous la direction de Gustave Glotz — Histoire du Moyen Âge". Vol. VI, Paris, Presses Universitaire de France, 1937.
- Lavisse, (Ernest). — **Histoire de France depuis les origines jusqu'à la révolution**. Vol. IV — Les premiers Valois et la Guerre de Cent Ans (1328-1422) par A. Coville. Paris, Hachette, 1902.
- Pirenne, (Henri) e outros. — **La fin du Moyen Âge. La désagregation du monde medieval**. (1285-1453). Paris. Félix Alcan, 1931. (Col. "Peuples et Civilisations", Histoire Générale, publiée sous la direction de Louis Halphen et Philippe Sagnac).
- Pirenne, (Henri). — **Histoire de l' Europe**. 20e. édition. Éditions de La Baconnière. Neuchâtel — Bruxelles.
- Pirenne, (Henri). — **Les Villes et les institutions urbaines**. 2 vols. Paris, Félix Alcan.
- Pirenne, (Henri). — **Historia social y economica de la edad media**. Trad. para o espanhol por Salvador Echavarría. México-Buenos Aires. Fondo de Cultura Economica, 1947.
- Calmette, (Joseph). — **La France au Moyen Âge**. Paris. Presses Universitaires de France, 1947. (Col. "Que sais-je").
- Calmette, (Joseph). — **Le Monde Féodal**. Paris. Presses Universitaires de France, Nouvelle ed. 1951. (Col. "Clio").
- Pernoud, (Régine). — **Les Origines de la bourgeoisie**. Paris, Presses Universitaires de France, 1947. (Col. "Que sais-je").